



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 28 DE AGOSTO DE 1996

Senhor Ministro Alcides Saldanha, dos Transportes; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhores Senadores; Senhores Deputados; Senhor Presidente da Rede Ferroviária, Dr. Isaac Popoutchi; Senhores Presidentes do BNDES, da Vale do Rio Doce; Senhores Diretores da Ferrovia Centro-Atlântica; Senhoras e Senhores;

O Ministro Saldanha expôs sucintamente os motivos pelos quais nós, hoje, solenizamos este ato de assinatura da concessão de um dos trechos da Rede Ferroviária Nacional.

Eu queria acrescentar que isso é um processo que vem de longe, é um anseio antigo. Nós, no Brasil, descuidamos das ferrovias, assim como nunca cuidamos das hidrovias. Nós concentramos os nossos esforços nas rodovias. Infelizmente, também elas foram alcançadas pela impossibilidade de o Estado atendê-las, diante do desequilíbrio orçamentário e da inflação galopante.

Lembro-me de quando se começou a reorganizar o País – e faço menção aqui ao Deputado Alberto Goldman, que foi Ministro dos Transportes naquela ocasião. Eu era Ministro da Fazenda e assisti

aos esforços de Sua Excelência para que fosse possível reorganizar por meio de um sistema de concessões, mesmo antes de a Lei de Concessões ter sido assinada. Essa lei, como sabem os senhores, é de minha autoria. Levei cinco anos para aprová-la. Foi preciso ser Ministro da Fazenda e Presidente da República para, então, lograr a aprovação dessa lei.

Queria lhes dizer que esses esforços, que vêm de antes, foram continuados pelo General Denys, no tempo do Presidente Itamar Franco, mas foram se cristalizar na gestão do Ministro Odacir Klein.

Quero render, aqui, de público, minhas homenagens ao Ministro Odacir Klein, Ministro competente, laborioso e que percebeu a necessidade de nós modernizarmos a nossa forma de gestão, percebeu que a concessão de serviços públicos é um instrumento eficaz para os países – esgotada a capacidade de gerar recursos através de impostos – terem investimentos e fazerem aquilo que é fundamental em todos os governos, que é atender ao público. E é disso que se trata.

Apenas quero dizer – e aqui a presença honrosa dos Governadores de Goiás, Maguito Vilela; de Minas Gerais, Eduardo Azeredo; do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, e do Distrito Federal, Cristovam Buarque, é significativa – que eles percebem diretamente a importância econômica e social das transformações que estão ocorrendo através dessa modernização das vias de transportes.

Hoje assinamos um contrato, que é o segundo. Espero que em breve tenhamos a malha Sul também e a malha Sudeste. Isso não é um ato isolado. Há uma nova concepção no que diz respeito à gestão do Estado, ao relacionamento do Estado com o setor privado e ao atendimento do público. E isso se faz em estreita cooperação com o Congresso Nacional. Está aqui o Deputado Eliseu Resende, que é Relator do projeto rodoviário nacional. Estamos, também, ao mesmo tempo em que avançamos na questão das ferrovias e as modernizamos – é claro que isso demanda tempo para os efeitos se fazerem sentir mais vivamente –, reorganizando o modo pelo qual as rodovias estão sendo geridas no Brasil.

Ainda na gestão do Ministro Odacir Klein, foi possível a concessão da via Dutra, da Rio de Janeiro–Teresópolis, da Rio de Janeiro–Juiz de Fora, da ponte Rio–Niterói. Já estão em ação. Os que forem – pelo menos é o que me dizem – viajar por essas estradas verão os efeitos positivos das medidas aqui tomados há algum tempo. E, agora, com a ação do Congresso Nacional, já temos um marco, um quadro de referência para, primeiro, passar a alguns Estados sequiosos disso a gestão das suas estradas federais, de tal maneira que até mais rapidamente esses Estados possam transformar essas estradas em objeto de concessão do serviço público.

Notadamente eu sinto que Rio Grande do Sul e Santa Catarina – e espero que os outros também estejam ansiosos por isso – estão sequiosos por assumirem a responsabilidade de, por delegação do Governo Federal e de forma imediata, passarem à nova maneira de gerir através da concessão de serviços públicos.

Também queria aproveitar a oportunidade para dizer – e o Ministro Kandir, assim como o Presidente do BNDES têm sido muito influentes nesse processo – que nós estamos reorganizando todo o sistema da infra-estrutura do Brasil. Isso é uma pequena parte de um esforço muito grande que está sendo feito de reorganização da infra-estrutura. No caso, refiro-me a transportes, mas vale também para energia elétrica e para o sistema de telecomunicações, e assim por diante.

Mas, no que diz respeito aos transportes, nós estamos também cuidando, com o apoio do BNDES e do Planejamento e com a ação direta do Ministério dos Transportes, de recuperar as hidrovias no Brasil.

Recentemente, estive no Amazonas para verificar *in loco* aquilo que sempre foi uma preocupação retórica, mas jamais tinha sido feito na prática: a utilização da rede fluvial. Pois bem, eu espero estar, de novo – não sei se pessoalmente, mas estarei em pensamento –, a partir de setembro, lá, para verificar que nós, hoje, temos a hidrovia do rio Madeira, que sai de Porto Velho e vai permitir a ligação do rio Madeira, através do rio Amazonas, para escoamento da produção do Centro-Oeste, de Mato Grosso, de Tocantins, de Rondônia, sobretudo. Essa hidrovia vai permitir que haja o escoamento da produção de grãos

através do rio Madeira, do rio Amazonas e de Itacoatiara. Está sendo inaugurado um porto graneleiro, de tal maneira que navios de 200 mil toneladas possam recolher esses grãos. Isso vai baratear drasticamente o custo da exportação da soja e de outros grãos brasileiros.

Também o BNDES já aprovou um programa para financiamento da compra dos barcos, das chatas que vão transportar esses grãos de Porto Velho, passando por Humaitá e Manaus, até Itacoatiara.

O mesmo esforço está sendo feito no rio São Francisco e já está iniciado no Tocantins–Araguaia, atendendo a uma vasta região do centro do Brasil, permitindo, mais tarde, uma ligação para o Pará, o que depende de uma eclusa, que se fará assim que haja recursos – quem sabe agora, com a privatização da Vale. Com essa eclusa se terá a comunicação direta para o Norte, o que facilitará muito, também, o escoamento da produção.

Enquanto isso não ocorre, estamos cuidando das ferrovias. Na ferrovia entre Estreito e Imperatriz, na Norte–Sul, perdão, estamos já providenciando para que haja uma ligação, de tal maneira que, através do porto de Itaqui, com a hidrovia do Tocantins, possa escoar a nossa produção.

É um novo Brasil, um Brasil confiante nele próprio, confiante na iniciativa privada, que sabe que nada disso poderá ser feito sem muita clareza, sem que o Congresso esteja atento aos procedimentos, sem que haja entrosamento de governadores com o Governo Federal, independentemente de partidos. Aqui temos prova eloqüente disso, pensando-se numa só coisa: que nós temos a responsabilidade histórica de retomar o caminho do desenvolvimento, o único caminho que vai permitir aquilo que é fundamental – equidade, maior justiça social.

Falar de justiça social sem base material para ela é pura demagogia, que não leva a nada, a não ser a uma retórica que se esgota nela própria. Quem realmente quer mudar o Brasil, quem realmente deseja que haja uma condição de vida melhor para a população sabe que esses são passos essenciais. Não há separação entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social.

Senhores, estamos aqui comemorando um ato na infra-estrutura. Amanhã, eu espero – e esse amanhã é todos os dias –, estaremos, ao mesmo tempo, tomando as medidas necessárias para que disso não derive nova concentração de renda, senão para que disso derive bem-estar para o conjunto da população brasileira.

É com esse espírito que nós hoje estamos aqui. Agradecemos a iniciativa privada ter aceito esse desafio. Sentimos a presença da Companhia Vale do Rio Doce, sempre ativa nessas articulações. Estamos reorganizando com o apoio firme do BNDES. Vi nos jornais, e acredito que seja verdadeiro, que o BNDES tem mais recursos para distribuir no Brasil do que o Banco Mundial para distribuir pelo mundo. Alegria a um Presidente que vê todo dia orçamentos magros ver que pelo menos um dos braços do Estado continua, não digo gordo, mas musculoso o suficiente para, exercitando a musculatura com coragem, propiciar o salto que o Brasil precisa dar. E é para esse salto que estamos reunidos e vamos nos reunir muitas vezes.

Agradeço muito, agradeço ao Ministro dos Transportes a sua explicação e termino reiterando os agradecimentos, que, tenho certeza, são de todos nós, ao ex-Ministro Odacir Klein, que foi, realmente, quem possibilitou que chegássemos ao ponto a que chegamos, depois dos esforços dos seus antecessores que já mencionei nesta data.

Muito obrigado aos senhores.